



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVIII — Nº 85

TERÇA-FEIRA, 21 DE AGOSTO DE 1973

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 100ª SESSÃO, EM 20 DE AGOSTO DE 1973

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagens do Sr. Presidente da República

— *Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para o cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:*

— Nº 174/73 (nº 255/73, na origem), de 17 de agosto de 1973, referente à escolha do Senhor General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos.

— *De agradecimento de comunicação referente à escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:*

— Nº 175/73 (nº 254/73, na origem), de 17 de agosto de 1973, referente à escolha do Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Domínio do Canadá.

— *De agradecimento de remessa de autógrafo de Decreto Legislativo:*

— Nº 176/73 (nº 258/73, na origem), de 17 de agosto de 1973, referente ao Decreto Legislativo nº 35, de 1973, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.276, de 1º de junho de 1973.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Convênio assinado entre o Governo do Distrito Federal e o Banco do Brasil, para construção do Centro de Recursos Humanos, desse órgão bancário.

SENADOR BENJAMIN FARAH — Considerações sobre projeto de lei que encaminha à Mesa, dispondo sobre acréscimo de parágrafo ao art. 521 da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a assegurar, ao exercente de mandato sindical, o direito de perceber ajuda de custo a título de compensação de despesa de representação.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Redação final do Projeto Legislativo nº 4, de 1973 (nº 94-B/73, na Câmara), que aprova o texto da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, firmada em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972. **Aprovada**, à promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1973 (nº 103-B/73, na Câmara), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, firmado em Acra, a 2 de novembro de 1972. **Aprovada**, à promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1973 (nº 107-B/73, na Câmara), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973. **Aprovada**, à promulgação.

— Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1973 (nº 113-B/73, na Câmara), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973. **Aprovada**, à promulgação.

— Projeto de Lei do Senado nº 45/73, que institui o Dia do Petróleo Brasileiro, a ser comemorado a 3 de outubro. **Discussão sobrestada**, por falta de **quorum** para votação do Requerimento nº 140/73, de adiamento da discussão da matéria para audiência do Ministério das Minas e Energia.

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

2 — CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

— Ata da 4ª Reunião, realizada em 2-8-73

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 100ª SESSÃO EM 20 DE AGOSTO DE 1973

3ª Sessão Legislativa Ordinária
da 7ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SENHOR
PAULO TÔRRES

Às 14,30 horas, acham-se presentes os Srs.
Senadores:

Adalberto Sena — Geraldo Mesquita —
Flávio Britto — José Lindoso — Cattete
Pinheiro — Renato Franco — Alexandre
Costa — Clodomir Milet — Petrônio
Portella — Helvídio Nunes — Virgílio Tá-
vora — Wilson Gonçalves — Ruy Carneiro
— João Cleofas — Wilson Campos —
Augusto Franco — Lourival Baptista —
Antônio Fernandes — Heitor Dias — Ruy
Santos — Carlos Lindenberg — Paulo Tôr-

res — Benjamin Farah — Emival Caiado —
Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Ney
Braga — Antônio Carlos — Celso Ramos —
Guido Mondim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tôrres) —
A lista de presença acusa o comparecimento
de 30 Srs. Senadores. Havendo número regi-
mental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que será lido
pelo Sr. 1º-Secretário.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor-Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Chefe da Divisão Administrativa

JOSÉ DE PAIVA PINTO

Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 100,00

Ano Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 200,00

Ano Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido

de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3 500 exemplares

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE
MENSAGEMDO SENHOR PRESIDENTE
DA REPÚBLICA

Submetendo ao Senado a escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de sua prévia aquiescência:

MENSAGEM

Nº 174, de 1973

(Nº 255/73, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Senado Federal:

Nos termos dos artigos 42, item III, e 128 da Constituição, tenho a honra de submeter à consideração do Egrégio Senado Federal o nome do General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro General-de-Exército Adalberto Pereira dos Santos.

Os méritos do General-de-Exército Rodrigo Octávio Jordão Ramos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho desse elevado cargo, constam do anexo "Curriculum Vitae".

Brasília, em 17 de agosto de 1973. — Emílio G. Médici.

"CURRICULUM VITAE" DO
GEN EX RODRIGO OCTÁVIO
JORDÃO RAMOS

Gen Ex Rodrigo Octávio Jordão Ramos (IG-65.884)

(Oriundo da Arma de Engenharia)

Nasceu no dia 8 de julho de 1910, no Estado da Guanabara; filho de Henrique Ramos e Philomena Jordão Ramos.

Praça e Promoções:

— Praça — 1 de abril de 1927

Aspirante a Oficial — 21 de janeiro de 1930

2º Tenente — 21 de janeiro de 1930

1º Tenente — 19 de fevereiro de 1931

Capitão — 2 de outubro de 1934

Major — 25 de dezembro de 1942, merecimento

Tenente-Coronel — 25 de março de 1947, merecimento

Coronel — 25 de abril de 1953, merecimento

General-de-Brigada — 25 de julho de 1964

General-de-Divisão — 25 de março de 1966

General-de-Exército — 25 de novembro de 1969

Operações de Guerra:

Cumpriu durante a 2ª Guerra Mundial missões de Vigilância, Segurança e Defesa nas Costas da Bahia e Espírito Santo, como Adjunto da 3ª Seção do Estado-Maior da 4ª Região Militar. Internamente, tomou parte nas revoluções de 1930, 1932, 1935, 1954, 1961 e 1964.

Comandos, Chefias e Comissões Militares:

— Comandante do 2º Batalhão Ferroviário sediado em Rio Negro — Paraná (1949 — 1952)

— Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República (1954)

— Comandante do 1º Grupamento de Engenharia sediado em Natal — Rio Grande do Norte (1955)

— Diretor Interino da Diretoria de Vias e Transportes (1956)

— Comandante do 1º Batalhão Ferroviário sediado em Bento Gonçalves — Rio Grande do Sul (1959 — 1961)

— Chefe da 4ª Seção do Estado-Maior — Logística das Forças Armadas (1961 — 1964)

— Subchefe do Exército no Estado-Maior das Forças Armadas (1964 — 1965)

— Diretor de Material de Comunicações do Exército (1965 — 1966)

— Comandante da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Infantaria (1966 — 1968)

— Comandante do Comando Militar da Amazônia e 8ª Região Militar (1968 — 1970)

— Comandante do Comando Militar da Amazônia e 12ª Região Militar (1968 — 1970)

— Chefe do Departamento de Produção e Obras (1970 — 1971)

— Chefe do Departamento de Engenharia e Comunicações (1971)

— Comandante da Escola Superior de Guerra

Comissões de Interesse Militar:

De Estado-Maior

Estado-Maior do Exército

12/II/44 a 26/IV/44

28/VIII/44 a 28/V/47

06/XI/47 a 19/X/49

20/I/56 a 14/V/56

06/III/61 a 21/III/61

Estado-Maior da 4ª Região Militar

23/IX/43 a 02/II/44

Diretoria de Engenharia

02/VI/47 a 06/XI/47

17/V/56 a 10/X/56

Escola Superior de Guerra

24/IV/52 a 25/VIII/54 (Corpo Permanente)

Diretoria de Vias e Transportes

10/X/56 a 01/VII/58

18/X/58 a 08/VII/59

Estado-Maior das Forças Armadas

22/III/61 a 17/V/65

Diversos:

— Presidente da Delegação Brasileira e Conferência Internacional de Radiocomunicações realizada no Cairo

— Instrutor da Escola Militar do Realengo

— Representante do Estado-Maior do Exército no Conselho Rodoviário

— Membro da Comissão Técnica de Rádio como representante do Ministério da Guerra

— Auxiliar de Instrutor do Curso de Oficiais Brasileiros realizados em Fort Belvoir na Engineer School, dos Estados Unidos da América

— Representante do Ministério da Guerra na Confedência Latino-Americana de Florestas e Produtos Florestais, como Asses-

sor Militar da Presidência do Instituto Nacional do Pinho

— Membro do Conselho Ferroviário como representante do EMFA

— Membro do Conselho Nacional dos Transportes como representante do EMFA

— Presidente do Conselho Ferroviário Nacional

— Delegado do Brasil na Conferência do Conselho da Aliança Para o Progresso realizada em Lima — Peru

— Coordenador Executivo do MVOP

— Ministro da Viação

— Ministro Interino do Superior Tribunal Militar

Cursos Civis:

— Engenharia Civil da Escola Politécnica Nacional

Cursos Militares:

— Escola Militar do Realengo — Arma de Engenharia — (01/IV/27 a 08/II/30)

— Curso de Transmissões — (1933)

— Curso da Escola das Armas, Aperfeiçoamento — Arma de Engenharia — (1939)

— Curso da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (08/III/41 a 06/VIII/43)

— Curso da Escola Superior de Guerra (1952)

Bibliografia:

— Artigos no Boletim de Transportes da Diretoria de Vias e Transportes

— Projeto da Fábrica de Material de Comunicações

— Conferências na Escola Superior de Guerra: — "Conceito Estratégico Nacional" — "Os transportes na Região Sul" — "Ensaio de Planejamento"

— Aula inaugural da Escola Técnica do Exército: "A ciência e tecnologia e a Segurança Nacional"

— Pareceres e exposições no Conselho Nacional de Transportes e Conselho Ferroviário Nacional

— Plano de Viação Nacional (em colaboração)

— Programa da Ação Imediata do MVOP 64-66 (em colaboração)

— Conferência na AMAN, EsAO e ECEME

— Aula Inaugural no Instituto Militar de Engenharia

— A Amazônia — Uma Estratégia Para Sua Preservação no Campo do Desenvolvimento e da Segurança

Condecorações:

— Ordem do Mérito Militar (Grã-Cruz)

— Ordem do Mérito Aeronáutico (Grande Oficial)

— Ordem do Mérito Naval (Comendador)

— Ordem do Mérito Judiciário Militar (Alta Distinção)

— Medalha Militar de 40 anos de serviço (Platina)

— Medalha de Guerra

— Medalha do Pacificador

— Medalha Marechal Trompowsky

— Medalha Prêmio Conde de Linhares

— Medalha Marechal Hermes Aplicação

— Estudos em bronze com uma coroa

— Medalha Rio Branco

— Prêmio Thomas Coelho (Colégio Militar)

— Ordem Del Condor de los Andes (Bolívia)

— Cruz Peruana al Mérito Militar

Outros Dados:

Esposa: — D^{ca} Celeste César Jordão Ramos

Filhos: — Major Com Rodrigo Octávio César Jordão Ramos

Rosely Maria Ramos Ferraz

A Comissão de Constituição e Justiça.

MENSAGENS

DO SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

De agradecimento de comunicação referente à escolha de nome indicado para cargo cujo provimento depende de prévia autorização do Senado Federal:

Nº 175/73 (nº 254/73 na origem), de 17 de agosto de 1973, referente à escolha do Senhor Carlos Frederico Duarte Gonçalves da Rocha para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Domínio do Canadá.

De agradecimento de remessa de autógrafa de Decreto Legislativo:

Nº 176/73 (nº 258/73, na origem), de 17 de agosto de 1973, referente ao Decreto Legislativo nº 35, de 1973, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.276, de 1º de junho de 1973.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — O expediente lido vai à publicação.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

O Governo do Distrito Federal e o Banco do Brasil assinaram sexta-feira, no Palácio do Buriti, convênio que permitirá a este último erguer, em terreno próximo à Torre de Televisão, seu Centro de Recursos Humanos, empreendimento de incalculável significação não apenas para o Banco do Brasil e Brasília, como para todo o País.

O convênio foi assinado pelo Governador Hélio Prates da Silveira e pelo Presidente Nestor Jost. Na ocasião, foi apresentada, pela primeira vez, a maquete do Centro, projeto arquitetônico de Sérgio Bernardes, que será dotado dos mais modernos requisitos para programas de desenvolvimento de pessoal realizados por grandes empresas de todo o mundo.

Brasília e todo o Centro-Oeste serão grandes beneficiários desse empreendimento. A par da utilização em programas de desenvolvimento de pessoal do Banco do Brasil, o Centro de Recursos Humanos abrigará, também, todo o acervo, atualmente no Rio, do Museu, Arquivo Histórico e Biblioteca do Banco, constituídos de uma biblioteca a ser ampliada para 150 mil volumes e cerca de 22 mil moedas. Poderá, ainda, ser utilizado como sede de convenções internacionais.

Sr. Presidente, o Centro de Recursos Humanos será mais um marco da notável

administração do ex-Deputado Nestor Jost à frente do Banco do Brasil, que todos conhecemos e admiramos. É preciso, porém, que se realce o trabalho do Professor Admon Ganem, que verá, com o Centro a ser erguido nesta cidade, coroada brilhante obra que vem realizando, com talento e persistência, no Banco do Brasil, visando o desenvolvimento do pessoal daquele estabelecimento, para o que lá se criou o Departamento Geral de Seleção e Desenvolvimento do Pessoal, uma de suas inúmeras iniciativas como um dos diretores do Banco.

É-me grato ressaltar que Admon Ganem representa bem o clima democrático da sociedade brasileira; de origem humilde, começou na infância, como vendedor de jornais, daí partindo para uma vida de estudo e dedicação que fê-lo alcançar uma cadeira de professor de Ensino Superior na Universidade Federal da Bahia. Obteve, ainda, em oito cursos de pós-graduação de Administração de Empresas que fez em São Paulo, sempre o primeiro lugar e o grau de Master na mesma especialidade, pela Universidade de Michigan, onde foi laureado, colocando-se entre os dez primeiros, em meio de cinco mil alunos de vinte e uma Universidades americanas, na turma de 1962.

O Sr. Heitor Dias — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Pois não, eminente Senador Heitor Dias.

O Sr. Heitor Dias — Nobre Senador Lourival Baptista, de modo muito particular associo-me às referências que V. Ex^a faz à Administração do Banco do Brasil e, de modo direto, ao Professor Admon Ganem. A iniciativa da Presidência de nosso principal estabelecimento de crédito, de criar um Centro de Recursos Humanos, vem demonstrar que o Brasil vai saindo do empirismo para entrar, verdadeiramente, na esfera do conhecimento tecnológico. Já não há mais lugar para improvisações na Administração pública, sobretudo na administração de um estabelecimento bancário. Os objetivos a que visa esse empreendimento estão à vista de todos e, tão bem ressaltados no discurso de V. Ex^a. E desejo traduzir esta minha alegria, porque vejo a ascensão de um jovem que foi meu aluno no curso secundário, no antigo Ginásio Municipal de Ilhéus, por mim instalado e inaugurado e do qual fui diretor durante seis anos. Admon Ganem revelou-se, desde o começo, um aluno exemplar, não só quanto à sua conduta como ao seu aproveitamento. Fez-se querido de todos os professores do estabelecimento, e hoje todos aqueles seus antigos mestres participam dessas suas vitórias, fazendo votos por novos triunfos, porque, uma vez conquistados, não serão apenas de Admon Ganem, que os distribuirá em benefício da causa comum e, de modo direto, do estabelecimento de que é um dos dignos e operosos diretores.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Ex^a, Senador Heitor Dias, pelo aparte que acaba de dar ao meu pronunciamento.

Sei muito bem dos laços afetivos que ligam V. Ex^a ao Diretor Admon Ganem. Sei que foi seu aluno, como também, sei, que Admon Ganem é um grande amigo de V. Ex^a e que muito lhe estima. O depoimento de V. Ex^a, que conhece Admon Ganem há tantos anos, é valioso, porque sabe que ele é um homem que venceu pelo esforço, pelo trabalho e pela inteligência.

O Centro de Recursos Humanos terá forma circular e terá capacidade para proporcionar cursos a 600 participantes. Será dotado dos mais modernos e avançados aportes técnicos, inclusive circuitos fechados de televisão. Disporá de auditório, com cabines para tradução simultânea de conferências. Em um de seus setores, disporá de um "marketing", que formulará toda a campanha publicitária do Banco do Brasil. O Centro será destinado aos vários cursos existentes atualmente no Banco do Brasil e a outros que serão, oportunamente, criados, para o incessante e sempre maior aperfeiçoamento de seu pessoal. É de se destacar os cursos de pós-graduação e de preparo de executivos de alto nível para as Agências do exterior e as de maior importância em nosso País. Em etapa futura, se constituirá numa Universidade do Banco do Brasil, que permitirá a seus servidores formação universitária especializada. O Centro estará concluído em doze meses, quando começará a funcionar — para imenso proveito desta Capital.

Muito nos alongaríamos se fôssemos falar do notável trabalho executado pelo Professor Admon Ganem desde que foi eleito para uma das Diretorias do Banco do Brasil, sempre com o apoio e o incentivo do Presidente Nestor Jost.

O Sr. Antônio Carlos — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Com muito prazer, eminente Senador Antônio Carlos.

O Sr. Antônio Carlos — Nobre Senador Lourival Baptista, o discurso de V. Ex^a, registrando nos Anais de nossa Casa esse novo empreendimento do Banco do Brasil, vem dar conhecimento à Nação da obra extraordinária que Nestor Jost e seus companheiros de Diretoria realizam à frente do nosso maior estabelecimento de crédito. Acredito mesmo que o Centro de Recursos Humanos, que está sendo planejado e em breve será executado pelo Banco do Brasil, é o coroamento da grande obra que esse Banco realiza em nossa Pátria, desde os primórdios da nacionalidade — assim posso expressar-me — fundado que foi quando da transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro. O Banco do Brasil, principal estabelecimento de crédito oficial em nosso País, verdadeiro termômetro da vida financeira brasileira e organismo regulador do crédito, após 1964 ganhou expressão e, principalmente no setor do crédito agrícola, passou a cobrir todo o território nacional. Sou testemunha do trabalho extraordinário que o Banco do Brasil empreende em meu Estado, sob a Presidência de Nestor Jost e a direção firme, corajosa e eficiente de Walter Peracchi de Barcelos. Hoje, Santa Catarina é atendida pelo Banco do Brasil em quase

todos os seus municípios. E o Banco não só tem-se preocupado com o aspecto técnico de suas atribuições — o atendimento ao comércio, à indústria e à agricultura com crédito fácil e a juros baixos — como também com a instalação de novas agências, construção de novos prédios e, principalmente, com a assistência ao seu funcionalismo. Hoje, o Banco do Brasil atende ao seu funcionalismo não só no setor da recreação, através das associações das associações dos seus funcionários, que se distribuem por todos os municípios onde existem agências do Banco do Brasil, como também através do aprimoramento profissional de seu pessoal. O Governo Revolucionário tem como principal ferramenta o estabelecimento — e sempre faço questão de frisar, não é restabelecimento — o estabelecimento de uma democracia plena em nosso País, através da educação. E este centro de estudos que Admon Ganem, com a sua experiência, com o seu conhecimento, com a sua capacidade, vai instalar em Brasília, será mais um fator desse desenvolvimento educacional indispensável ao progresso e à afirmação do Brasil. Está V. Ex^a de parabéns ao assinalar que o Banco do Brasil coroa sua tarefa civilizadora com a instalação desse Centro. Tenho certeza de que a iniciativa há de remarcar o êxito da administração Nestor Jost e, uma vez mais, revelar ao Brasil o grande administrador que é Admon Ganem.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sou muito grato a V. Ex^a, eminente Senador Antônio Carlos, por este aparte com que vem honrar muito o nosso pronunciamento.

A partir da criação de um departamento especializado para o desenvolvimento do pessoal, em 1965, o Banco passou a dar, nos últimos anos, ênfase especial a tais programas. Mais de vinte mil funcionários, de um total de 50 mil, já passaram pelos vários cursos, que vão desde os destinados a contínuos e vigilantes até os dedicados a funcionários em nível de administração, como o Curso Intensivo para Administradores, com duração de dois meses e que já preparou cerca de 2.500 funcionários.

Atualmente, toda a equipe de professores dos vários cursos é composta de funcionários da própria Casa, que dispõe de mais de cem elementos com pós-graduação proporcionada por bolsas de estudo, em nível de mestrado ou de especialização em áreas prioritárias, no exterior.

Recentemente, foi aberta seleção para enviar dez servidores aos Estados Unidos, para um curso de duração de 18 meses, com especialização em Contabilidade, Pessoal, Marketing e Finanças. Os dez funcionários já fazem seu curso e outros dez serão agora selecionados para o próximo ano. Isso em conformidade com convênio feito pelo Professor Admon Ganem com a Michigan State University e que prevê, inicialmente, a pós-graduação de 50 funcionários do Banco do Brasil. No momento está-se realizando, também, uma seleção para que vinte funcionários realizem estágios nas diversas agências do Banco do Exterior. Essas escolhas, em todos os níveis, são feitas de acor-

do com critérios rigorosamente técnicos, objetivos.

O Banco do Brasil dispensa, ainda, atenção muito cuidadosa a áreas críticas para o melhor atendimento dos clientes. Assim é que foram realizados 350 cursos para Caixas-Executivos (atendimento direto) e seus supervisores. Existem ainda cursos de técnica de ensino, audiovisual, especialização em câmbio e comércio exterior, além de muitos outros. No mês findo foram reunidos, em programa intensivo de reciclagem, nesta capital, os gerentes de 17 das principais agências do Banco no nosso território, e que, conjuntamente, respondem por 60% das aplicações em todo o País.

Sr. Presidente, o que acabamos de dizer serve para a boa compreensão do vertiginoso crescimento do Banco do Brasil, especialmente da melhoria incessante de seus serviços, de tamanha relevância para o desenvolvimento brasileiro, do qual é grande instrumento. Acompanhando de perto o trabalho de homens como o Professor Admon Ganem, bem como dos demais diretores do Banco do Brasil, sob a inteligente e dinâmica presidência do ex-deputado Nestor Jost, bem compreenderemos o crescimento do Banco do Brasil. E, mais importante, teremos reforçada ao máximo nossa confiança no pleno desenvolvimento brasileiro. No que é, hoje, o Banco do Brasil, podemos antever o que seremos em futuro muito próximo. Não é mais lícito ter dúvidas de que o Brasil, mais breve do que tantos supõem, se tornará grande potência. A vastidão de seus recursos naturais se somam inteligência, preparo de nossa gente que, como se dá no Banco do Brasil, vai-se preparando para as mais sofisticadas tarefas que nosso crescimento vai reclamando!

É de justiça reconhecer, à hora em que louvo este grande empreendimento do nosso maior estabelecimento de crédito, que todo esse progresso nasceu da concretização dos ideais revolucionários e da ação administrativa do Governo do eminente Presidente Emílio Garrastazu Médici.

Encerrando estas palavras, felicitamos, mais uma vez, o presidente Nestor Jost, seus companheiros de direção no Banco do Brasil, de forma especial o professor Admon Ganem, e, através deles, a todos os funcionários do Banco pelo novo empreendimento a ter início nesta capital e cuja importância para o Banco, Brasília e o Brasil não é preciso acentuar além do que já fizemos. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Törres) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

O SR. BENJAMIN FARAH (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Ocupo a tribuna para encaminhar à Mesa projeto de lei que acrescenta parágrafo ao art. 521 da Consolidação das Leis do Trabalho, de modo a assegurar, ao exercente de mandato sindical, o direito de perceber ajuda de custo a título de compensação de despesas de representação.

Diz o art. 1º do projeto:

"O art. 521 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com o acréscimo do seguinte parágrafo, passando seu atual parágrafo único a parágrafo primeiro:

Art. 521.

§ 1º

§ 2º Além da gratificação prevista no parágrafo anterior, a assembléia geral poderá conceder ao associado, quando no exercício de mandato na administração sindical, ao interventor ou a membro da Junta Governativa, uma ajuda de custo não excedente a três salários-mínimos regionais, destinada a atender a despesas de representação compatíveis com o respectivo cargo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

O projeto tem a seguinte justificativa:

Consoante o Parágrafo único do art. 521 da Consolidação das Leis do Trabalho, "quando, para o exercício de mandato, tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, de se afastar de seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assembléia-geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva."

Com o advento do Decreto-lei nº 229, de 28-2-67, foram incluídos no art. 444 da Consolidação das Leis do Trabalho diversos estímulos à sindicalização.

O Decreto nº 70.861, de 25 de julho de 1972, por sua vez, ampliou esses estímulos, com uma política de valorização do trabalhador.

Os dirigentes sindicais, em virtude dessas normas legais, chamados à participação no atendimento das prioridades à política de valorização do trabalhador, desenvolvem maior atuação, o que os submete a gastos extraordinários não só para condigna representação, como, também, para custeio das despesas de alimentação e de transporte.

No âmbito administrativo, a situação é, às vezes, conforme a compreensão das autoridades, atenuada, com a autorização do pagamento de uma ajuda-de-custo, citando-se precedente administrativo objeto do processo MTPS-129 893/63, com bem lançada fundamentação, da lavra do então Diretor-Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Idélcio Martins, integrante da bancada paulista na Câmara dos Deputados.

É justo, pois, que se faça ressarcimento aos dirigentes sindicais dos gastos extraordinários a que se vêm forçados quando no efetivo exercício de cargo de administração sindical.

O presente projeto visa, assim, a transformar em direito uma representação que tem ficado, até então, a critério da direção administrativa.

Legislação Citada

Art. 521. São condições para o funcionamento do sindicato:

a) Proibição de qualquer programa de doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação, bem como de candidatura a cargos eletivos estranhos ao sindicato;

b) proibição de exercício de cargo eletivo cumulativamente com o de emprego remunerado pelo sindicato de grau superior;

c) gratuidade do exercício dos cargos eletivos;

d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidária;

e) proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

Parágrafo único. Quando, para o exercício de mandato tiver o associado de sindicato de empregados, de trabalhadores autônomos ou de profissionais liberais, de se afastar do seu trabalho, poderá ser-lhe arbitrada pela assembléia geral uma gratificação nunca excedente da importância de sua remuneração na profissão respectiva.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

COMPARECERAM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Arnon de Mello — Matos Leão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Ninguém mais pedindo a palavra, passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 346, de 1973) do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1973 (nº 94-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, firmada em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores fizer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Esta encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

1

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 1973 (nº 94-B/73, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da

Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO

Nº , de 1973

Aprova o texto da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, firmada em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972.

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto da Convenção Geral de Cooperação Econômica, Comercial, Técnica, Científica e Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, firmada em Kinshasa, a 9 de novembro de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —

Item 2:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 345, de 1973) do Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1973 (nº 103-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, firmado em Acra, a 2 de novembro de 1972.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores pedir a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do Art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto do Decreto Legislativo nº 12, de 1973 (nº 103-B/73, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, _____, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte.

DECRETO LEGISLATIVO

Nº , de 1973

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, firmado em Acra, a 2 de novembro de 1972.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, firmado em Acra, a 2 de novembro de 1972.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Item 3:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 356, de 1973); do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1973 (nº 107-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.

Em discussão a redação final.
Se nenhum dos Srs. Senadores desejar a palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).
Está encerrada.

Não havendo emendas, nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 1973 (nº 107-B/73, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº, de 1973

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, firmado no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre a República Federativa do Brasil e a República Árabe do Egito, firmado no Cairo, a 31 de janeiro de 1973.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Item 4:

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer nº 357, de 1973), do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1973 (nº 113-B/73, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Comercial, firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Zaire, em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

Em discussão a redação final.

Se nenhum dos Srs. Senadores fizer uso da palavra, encerrarei a discussão. (Pausa).
Está encerrada.

Não havendo emendas nem requerimentos para que a redação final seja submetida a votos, é a mesma dada como definitivamente aprovada, independente de votação, nos termos do art. 362 do Regimento Interno.

O projeto vai à promulgação.

É a seguinte a redação final aprovada:

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1973 (nº 113-B/73, na Câmara dos Deputados).

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, inciso I, da Constituição, e eu, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº, de 1973

Aprova o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Executivo Nacional da República do Zaire, firmado em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o texto do Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho Executivo Nacional da República do Zaire, firmado em Brasília, a 28 de fevereiro de 1973.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Item 5:

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1973, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que institui o Dia do Petróleo Brasileiro, a ser comemorado a 3 de outubro, tendo

PARECERES, sob nºs 216 e 217, de 1973, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e Juridicidade; e

— de **Minas e Energia**, favorável

A matéria figurou na Ordem do Dia de 20 de julho passado, tendo sua discussão adiada para esta data, a pedido do nobre Senador Virgílio Távora.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 140, de 1973

Nos termos do art. 311, alínea e, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1973, constante do item 5 da pauta, para a seguinte diligência: audiência do Ministério das Minas e Energia.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1973.
— **Virgílio Távora.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Não havendo número para deliberação, a matéria constará da **Ordem do Dia** da próxima sessão, dependendo da votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) —
Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, designo para a sessão ordinária de amanhã, 21 de agosto de 1973, a seguinte.

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 37, de 1973 (nº 1.263-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que dá nova redação ao artigo 7º do Decreto-lei nº 191, de 24 de fevereiro de 1967, que "autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de cruzeiros) como reforço ao Fundo da Marinha Mercante, e dá outras providências", tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 332, de 1973, da Comissão:
— de **Finanças**.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1973 (nº 1.293-B/73, na Casa de origem), de iniciativa do Sr. Presidente da República, que concede pensão especial a João Gomes Monteiro, ex-combatente da Marinha Mercante Nacional, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 322, de 1973, da Comissão:
— de **Finanças**, favorável.

3

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 39, de 1973 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 318, de 1973), que suspende a proibição contida nas Resoluções nºs 58, de 1968, 79, de 1970, e 52, de 1972, para permitir que o Governo do Estado de São Paulo aumente o limite de endividamento público, mediante contrato de financiamento, destinado à implantação do Sistema Cartográfico Metropolitano da Grande São Paulo, tendo

PARECER, sob nº 319, de 1973, da Comissão:
— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade.

4

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1973, de autoria do Sr. Senador Paulo Tórres, que inclui a aposentadoria espontânea entre as cláusulas excludentes da contagem do tempo de serviço do empregado readmitido, tendo

PARECERES, sob nºs 266 e 267, de 1973, das Comissões:
— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
— de **Legislação Social**, favorável.

5

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 45, de 1973, de autoria

do Sr. Senador Vasconcellos Torres, que institui o "Dia do Petróleo Brasileiro", a ser comemorado a 3 de outubro, tendo

PARECERES, sob nºs 216 e 217, de 1973, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de **Minas e Energia**, favorável; dependendo da votação do Requerimento nº 140, de 1973, do Sr. Senador Virgílio Távora, solicitando adiamento da discussão para audiência do Ministério das Minas e Energia.

6

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 297 do Regimento Interno) do Projeto de Lei do Senado nº 71, de 1973, de autoria do Sr. Senador Clodomir Milet, que modifica dispositivos do Decreto-lei nº 1.142, de 30 de dezembro de 1970, e dá outras providências, tendo

PARECER, sob nº 353, de 1973, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela inconstitucionalidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Tórres) — Está encerrada a sessão.

(*Levanta-se a sessão às 15 horas e 10 minutos.*)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ata da 4a. Reunião do Conselho de Administração, realizada em 02 de agosto de 1973.

Sob a presidência do Sr. Dr. Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral, presentes os

Srs. Dr. Pedro Cavalcanti D'Albuquerque Neto, Vice-Presidente, Dr. Luiz do Nascimento Monteiro, Dr. Nerione Nunes Cardoso e as Sras. Dra. Sarah Abrahão e Edith Balassini, às dezessete horas, reúne-se o Conselho de Administração.

Deixa de comparecer, por motivo justificado, o Sr. Dr. Fernando Oliveira de Lara Rezende.

Abertos os trabalhos, é lida e aprovada a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente concede a palavra ao Sr. Dr. Luiz do Nascimento Monteiro, que submete à apreciação do Conselho parecer sobre o processo da Sra. Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia, em que solicita a criação de 10 (dez) novos setores de trabalho naquele órgão da Secretaria, bem como a extensão do pagamento da gratificação, concedida aos Assistentes de Comissão, para os Taquígrafos-Revisores e Taquígrafos de Debates e, ainda, o pagamento da gratificação para os contínuos. O Conselho, apreciando o aludido parecer, resolve, por maioria de votos, opinar pela aprovação do mesmo, com as restrições de alguns de seus membros, ali contidas, bem como a declaração de voto em separado da Sra. Dra. Sarah Abrahão.

Dando prosseguimento aos trabalhos o Conselho, por unanimidade, aprova o parecer emitido pelo Sr. Dr. Nerione Nunes Cardoso, no processo de nº DP-343/73, de José da Silva, Motorista PL-9, em que opina favoravelmente pelo pedido.

A seguir o Conselho resolve, por unanimidade, opinar favoravelmente quanto ao processo de nº DP-673/72, de João Alves Mangueira, Auxiliar de Lavador de Automóveis, PL-14.

Em seguida o Conselho resolve, por unanimidade, emitir parecer no processo de nº DP--217/73, de Sebastião Duarte Gomes, Motorista, PL-10, sugerindo que o requerente aguarde uma oportunidade de vaga, para que possa ser efetivado o pedido e, ainda, por maioria de votos, resolve emitir parecer contrário no de nº DP-586/72, de João Brasilício Roza, Auxiliar de Plenários, PL-12, recebendo, este, declaração de voto favorável da Sra. Edith Balassini.

Quanto aos de nºs DP-508/73, DP-509/73 e DP-510/73, respectivamente de Paulo Machado Alvim, Rubens do Prado Leite e Paulo de Tarso Bonavides Gouveia de Barros, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, entendeu o Conselho que, com a promulgação da Lei 5.900/73, de 09 de julho de 1973, ficam as petições prejudicadas, opinando pelos seus arquivamentos.

Dando continuidade aos trabalhos o Conselho, apreciando os processos nºs DP-455/63 e DP-530/73, respectivamente Manoel Fernandes Coutinho, Motorista, PL-10 e Lúcio Parca, Operador de Radiodifusão, PL-11, resolve, por unanimidade, e como medida preliminar, baixá-los em diligência, a fim de obter maiores esclarecimentos.

Nada mais havendo que tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às vinte horas, lavrando eu, Américo Dias Ladeira Júnior, Secretário do Conselho, a presente Ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros que tomaram parte nos trabalhos.

Sala de Reuniões do Gabinete do Diretor-Geral, em 02 de agosto de 1973. — **Evandro Mendes Vianna**, Presidente — **Pedro Cavalcanti D'Albuquerque Neto** — **Nerione Nunes Cardoso** — **Edith Balassini** — **Sarah Abrahão** — **Luiz do Nascimento Monteiro**.

MESA		LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA
Presidente: Paulo Tórres (ARENA — RJ)	3º-Secretário: Milton Cabral (ARENA — PB)	Líder: Petrônio Portella (ARENA — PI)
1º-Vice-Presidente: Antônio Carlos (ARENA — SC)	4º-Secretário: Benedito Ferreira (ARENA — GO)	Vice-Líderes: Eurico Rezende (ARENA — ES)
2º-Vice-Presidente: Adalberto Sena (MDB — AC)	Suplentes de Secretários:	Ney Braga (ARENA — PR)
1º-Secretário: Ruy Santos (ARENA — BA)	Geraldo Mesquita (ARENA — AC)	Virgílio Távora (ARENA — CE)
2º-Secretário: Augusto Franco (ARENA — SE)	José Augusto (ARENA — MG)	Dinarte Mariz (ARENA — RN)
	Antônio Fernandes (ARENA — BA)	José Lindoso (ARENA — AM)
	Ruy Carneiro (MDB — PB)	Flávio Britto (ARENA — AM)
		Saldanha Derzi (ARENA — MT)
		Osires Teixeira (ARENA — GO)
		Guido Mondin (ARENA — RS)
		LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA
		Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
		Vice-Líderes: Danton Jobim (MDB — GB)
		Benjamin Farah (MDB — GB)

COMISSÕES

Diretora: Helena Ruth Laranjal Farias Rigolon
Local: Anexo II — Térreo
Telefones: 24-8105 — Ramais 193 e 257

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
Local: Anexo II — Térreo
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313.

COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

Titulares

Suplentes

ARENA

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Ney Braga
Flávio Britto
Mattos Leão

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Ruy Carneiro

Assistente: Cândido Hippertt — Ramal 676
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617

COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Milet
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

Titulares

ARENA

Suplentes

José Guimard
Teotônio Vilela
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Clodomir Milet

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Ruy Carneiro

Franco Montoro

Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 674
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 310

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

Titulares

ARENA

Suplentes

José Lindoso
José Sarney
Carlos Lindenberg
Helvídio Nunes
Itálvio Coelho
Mattos Leão
Heitor Dias
Gustavo Capanema
Wilson Gonçalves
José Augusto
Daniel Krieger
Accioly Filho

Eurico Rezende
Osires Teixeira
João Calmon
Lenoir Vargas
Vasconcelos Torres
Carvalho Pinto

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Assistente: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Ruy Carneiro

Titulares	Suplentes
ARENA	
Dinarte Mariz	Carlos Lindenberg
Eurico Rezende	Luiz Cavalcante
Cattete Pinheiro	Waldemar Alcântara
Ney Braga	José Lindoso
Osires Teixeira	Wilson Campos
Fernando Corrêa	
Saldanha Derzi	
Heitor Dias	
Antônio Fernandes	
José Augusto	
MDB	
Ruy Carneiro	Nelson Carneiro
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307	
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615	

COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

Titulares	Suplentes
ARENA	
Magalhães Pinto	Domício Gondin
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Britto
Arnon de Mello	Leandro Maciel
Teotônio Vilela	
Paulo Guerra	
Renato Franco	
Helvídio Nunes	
Luiz Cavalcante	
MDB	
Franco Montoro	Amaral Peixoto
Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema
Vice-Presidente: João Calmon

Titulares	Suplentes
ARENA	
Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvídio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	
MDB	
Benjamin Farah	Franco Montoro
Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas	
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.	

COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)
(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas
Vice-Presidente: Virgílio Távora

Titulares	Suplentes
ARENA	
Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Italívio Coelho
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castelo-Branco	Eurico Rezende
Lenoir Vargas	Flávio Britto
Jessé Freire	
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	
MDB	
Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Ruy Carneiro	
Danton Jobim	
Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675	
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "C" — Azul — Anexo II — Ramal 617.	

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro
Vice-Presidente: Heitor Dias

Titulares	Suplentes
ARENA	
Heitor Dias	Wilson Campos
Domício Gondin	Accioly Filho
Renato Franco	José Esteves
Guido Mondin	
Ney Braga	
Eurico Rezende	
MDB	
Franco Montoro	Danton Jobim
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307	
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.	

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Benjamin Farah

Titulares	Suplentes
ARENA	
Arnon de Mello	Paulo Guerra
Luiz Cavalcante	Antônio Fernandes
Leandro Maciel	José Guimard
Milton Trindade	
Domício Gondin	
Lenoir Vargas	
MDB	
Benjamin Farah	Danton Jobim
Assistente: Mauro Lopes de Sá — Ramal 674	
Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 310.	

COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: Danton Jobim

Titulares	Suplentes
ARENA	
Carlos Lindenberg	Lourival Baptista
José Lindoso	Wilson Gonçalves
José Augusto	
Cattete Pinheiro	
MDB	
Danton Jobim	Ruy Carneiro
Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.	
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "E" — Bege — Anexo II — Ramal 613.	

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Carvalho Pinto
Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

Titulares	Suplentes
ARENA	
Carvalho Pinto	Petrônio Portella
Wilson Gonçalves	Fausto Castelo-Branco
Jessé Freire	Carlos Lindenberg
Fernando Corrêa	José Lindoso
Dinarte Mariz	José Guimard
Arnon de Mello	Cattete Pinheiro
Magalhães Pinto	Virgílio Távora
Accioly Filho	Ney Braga
Saldanha Derzi	
José Sarney	
Lourival Baptista	
João Calmon	
MDB	
Franco Montoro	Amaral Peixoto
Danton Jobim	
Nelson Carneiro	
Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 307	
Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas	
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.	

COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Fernando Corrêa
Vice-Presidente: Fausto Castelo-Branco

Titulares	Suplentes
ARENA	
Fernando Corrêa	Saldanha Derzi
Fausto Castelo-Branco	Wilson Campos
Cattete Pinheiro	Clodomir Milet
Lourival Baptista	
Duarte Filho	
Waldemar Alcântara	
MDB	
Benjamin Farah	Ruy Carneiro
Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312	
Reuniões: Terças-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "D" — Marrom — Anexo II — Ramal 615.	

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: José Guimard

Titulares	Suplentes
ARENA	
Waldemar Alcântara	Alexandre Costa
José Lindoso	Celso Ramos
Virgílio Távora	Milton Trindade
José Guimard	
Flávio Britto	
Vasconcelos Torres	
MDB	
Benjamin Farah	Amaral Peixoto
Assistente: Marcello Zamboni — Ramal 306	
Reuniões: Terças-feiras, às 10:30 horas	
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.	

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Amaral Peixoto
Vice-Presidente: Tarso Dutra

Titulares	Suplentes
ARENA	
Tarso Dutra	Magalhães Pinto
Celso Ramos	Gustavo Capanema
Osires Teixeira	Paulo Guerra
Heitor Dias	
Jessé Freire	
MDB	
Amaral Peixoto	Benjamin Farah
Assistente: Cândido Hipperit — Ramal 676	
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas	
Local: Sala "A" — Laranja — Anexo II — Ramal 623.	

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃOPresidente: Leandro Maciel
Vice-Presidente: Alexandre Costa

Titulares	Suplentes
ARENA	
Leandro Maciel	Dinarte Mariz
Alexandre Costa	Duarte Filho
Luiz Cavalcante	Virgílio Távora
Lenoir Vargas	
Geraldo Mesquita	
José Esteves	
MDB	
Danton Jobim	Benjamin Farah
Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312	
Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas	
Local: Sala "B" — Lilás — Anexo II — Ramal 621.	

B) SERVIÇOS DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**COMISSÕES TEMPORÁRIAS**

Chefe: J. Ney Passos Dantas — Telefone: 24-8105, Ramal 303 — Local: Anexo II

Assistentes de Comissões: Hugo Rodrigues Figueiredo, Ramal 314; Hugo Antônio Crepaldi, Ramal 672; e Haroldo Pereira Fernandes, Ramal 674.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional;
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos;
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito; e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (artigo 90 do Regimento Comum).

Constituição da República Federativa do Brasil

(EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 17-10-69)

FORMATO DE BOLSO

PREÇOS:	EM BROCHURA	Cr\$ 2,00
	ENCADERNADA EM PLÁSTICO	Cr\$ 3,50
	ENCADERNADA EM PELICA	Cr\$ 7,00

“MANUAL DE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA MUNICIPAL”

Volume com 64 páginas — Preço Cr\$ 5,00

ÍNDICE

- I — Da Filiação Partidária
- II — Convocação da Convenção Municipal
- III — Registro das Chapas
- IV — Impugnação do Registro
- V — Instalação e Funcionamento da Convenção
- VI — Ata da Convenção
- VII — Dos Livros do Partido
- VIII — Dos Diretórios Municipais
- IX — Das Comissões Executivas
- X — Dos Delegados dos Diretórios
- XI — Do Registro dos Diretórios
- XII — Dos Municípios sem Diretórios
- XIII — Prazo de filiação para concorrer às eleições municipais de 1972
- XIV — Diretórios Distritais e órgãos de cooperação

ANEXOS

- a) Modelo nº 1 — Edital de Convocação da Convenção Municipal
- Modelo nº 2 — Notificação de Convencional para comparecer à Convenção
- Modelo nº 3 — Requerimento de Registro de Chapas
- Modelo nº 4 — Autorização coletiva para inscrição de candidato
- Modelo nº 5 — Ata da Convenção
- Modelo nº 6 — Termos de Abertura e Encerramento
- Modelo nº 7 — Edital de Convocação do Diretório Municipal
- Modelo nº 8 — Notificação aos membros do Diretório
- Modelo nº 9 — Requerimento ao Juiz Eleitoral indicando os Delegados
- b) RESOLUÇÃO nº 9.058, de 3 de setembro de 1971, do Tribunal Superior Eleitoral

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO
OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS

Via-Superfície:

SemestreCr\$ 100,00

AnoCr\$ 200,00

Via-Aérea:

SemestreCr\$ 200,00

AnoCr\$ 400,00

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal

DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção

LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS

INDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 10 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):	Cr\$
— abril a junho n° 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n° 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n° 20 (1968)	5,00

INDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 20 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):	Cr\$
— janeiro a março n° 21 (1969)	5,00
— abril a junho n° 22 (1969)	5,00
— julho a setembro n° 23 (1969)	5,00
— outubro a dezembro n° 24 (1969)	15,00
— janeiro a março n° 25 (1970)	10,00
— julho a setembro n° 27 (1970)	10,00
— outubro a dezembro n° 28 (1970)	10,00
— janeiro a março n° 29 (1971)	10,00
— abril a junho n° 30 (1971)	10,00

INDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 a 30 (enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar):	Cr\$
— julho a setembro n° 31 (1971)	10,00
— outubro a dezembro n° 32 (1971)	10,00
— janeiro a março n° 33 (1972)	10,00

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

As Diversas Espécies de Lei

Senador Franco Montoro

Organização Jurídica do Notariado na República Federal da Alemanha (Um Estudo da Solução de Problemas Insolúveis no Brasil)

Prof. A. B. Cotrin Neto

O Congelamento do Poder Mundial

Embaixador J. A. de Araújo Castro

O Planejamento e os Organismos Regionais como Preparação a um Federalismo das Regiões (a experiência brasileira)

Prof. Paulo Bonavides

Aspectos Polêmicos do Estatuto Jurídico da Mulher Casada — Lei número 4.121, de 27-08-62

Prof. Carlos Dayrell

Situação Jurídica da NOVACAP

Dr. Dario Cardoso

Os Direitos Autorais no Direito Comparado

Prof. Roberto Rosas

Perguntas e Reservas a Respeito do Plano de Integração Social

Prof. Wilhelmus Godefridus Hermans

Euclides da Cunha e a Rodovia Transamazônica

Dr. G. Irenêo Joffily

O Senado e a Nova Constituição

Dr. Paulo Nunes Augusto de Figueiredo

O Assessoramento Legislativo

Dr. Ayr de Azevedo Lucci

Decretos-Leis

Dr. Caio Torres

Iniciativa e Tramitação de Projetos

Jesse de Azevedo Barquero

Os Direitos da Companhia

Ana Valdez A. N. de Alencar

Poluição

João Bosco Altoé

SUMÁRIO

COLABORAÇÃO

Política do Desenvolvimento Urbano

Senador Carvalho Pinto

O Problema das Fontes do Direito: Fontes Formais e Materiais, Perspectivas Filosóficas, Sociológica e Jurídica

Senador Franco Montoro

A Televisão Educativa no Brasil

Prof. Gilson Amado

RUY, a Defesa dos Bispos e a Questão do Foro dos Crimes Militares:

Duas Retificações Necessárias

Prof. Rubem Nogueira

A Proteção Jurisdicional dos Direitos Humanos no Direito Positivo Brasileiro

Des. Hamilton de Moraes e Barros

Sobre a Metodologia do Ensino Jurídico

Prof. Hugo Gueiros Bernardes

Prerrogativas dos Bens Dominais — Insuscetibilidade de Posse Civil

Des. José Julio Leal Fagundes

O Instituto de Aposentadoria na Atual Constituição

Prof. Carlos Dayrell

O Apoio Técnico e Administrativo ao Partido Parlamentar

Prof. Sully Alves de Souza

Redução de Custos Gráficos-editoriais

Prof. Roberto Átila Amaral Vieira

Adoção

Ana Valdez Ayres Neves de Alencar

Incentivos Fiscais no Planejamento

Walter Faria

Contabilidade: Ensino e Profissão

João Bosco Altoé

SUMÁRIO

Homenagem

Senador Milton Campos

COLABORAÇÃO

Fontes do Direito em Suas Modalidades Fundamentais

Senador Franco Montoro

As sociedades por quotas de responsabilidade limitada, no Direito Português e no Direito Brasileiro

Prof. Otto Gil

Atribuições do Ministério Público no Código de Processo Penal

Dr. Márcio Antônio Inacarrato

Do Pagamento por Consignação nas Obrigações em Dinheiro

Desembargador Domingos Sávio Brandão Lima

O Adicional Insalubridade-Periculosidade e o Decreto-lei 389

Prof. Paulo Emilio Rubeiro de Vilhena

Direito do Trabalho e o Direito Penitenciário

Dra. Carmem Pinheiro de Carvalho

Moral, Direito, Profissão

Prof. Antônio Augusto de Mello Cançado

PESQUISA

O Senado do Império e a Abolição

Walter Faria

DOCUMENTAÇÃO

Consolidação das Leis do Trabalho

Caio Torres

PUBLICAÇÕES

Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa

Preço da assinatura anual, que corresponde a quatro números, Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros). Os pedidos de assinaturas e de números avulsos devem ser endereçados ao Centro Gráfico do Senado Federal — Caixa Postal 1.503 — Brasília — DF, acompanhados de cheque bancário, visado, nominal e pagável na praça de Brasília.

Remeteremos números avulsos pelo Serviço de Reembolso Postal, acrescido do valor das despesas de remessa, de acordo com a tarifa postal.

Emendas Constitucionais 1 a 3

Atos Institucionais 1 a 17

Atos Complementares 1 a 96

Leis Complementares 1 a 12

Legislação Citada e Sinopse

**Obra Elaborada Pela Divisão de Edições Técnicas
do Senado Federal**

(Antiga Diretoria de Informação Legislativa)

Preço: Cr\$ 15,00

O CONGRESSO NACIONAL E O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

HISTÓRICO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 7, DE 7-9-70

COMISSÃO MISTA

- Designação de membros (DCN — 22-8-1970, pág. 464).
- Instalação — 1ª Reunião (DCN — S. II — 22-8-1970, pág. 3.486)
- Debates — 2ª Reunião (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)

DISCURSOS

(Na Câmara dos Deputados, no Senado Federal e em Sessão Conjunta do Congresso Nacional — vide índice de oradores)

DISCUSSÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 596)

EMENDAS

- (DCN — 2-9-1970, pág. 477)
- Parecer do Relator às emendas (DCN — 3-9-1970, pág. 542)
- Debates na Comissão Mista; votação das emendas na Comissão Mista (DCN — S. II — 12-9-1970, pág. 3.837)
- Votação das emendas (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

LEITURA DO PROJETO

(DCN — 22-8-1970, pág. 464)

MENSAGEM Nº 13/70

Do Poder Executivo, encaminhando o Projeto à consideração do Congresso Nacional (DCN — 22-8-1970, pág. 464)

PARECER DA COMISSÃO MISTA

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PARECER DO RELATOR

(DCN — 3-9-1970, pág. 530)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

— Mensagem do Poder Executivo, solicitando que a matéria se transforme em Projeto de Lei Complementar — (DCN — S. II — 27-8-1970, pág. 3.560)

SANÇÃO

— Lei Complementar nº 7/70 (D.O. — 8-9-1970, 1ª pág.)

SUBSTITUTIVO DO RELATOR

- (DCN — 3-9-1970, pág. 558)
- Votação em Sessão Conjunta, aprovação (DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTAÇÃO DO PROJETO

(DCN — 4-9-1970, pág. 613)

VOTOS DE DECLARAÇÕES DE

(DCN — 4-6-1970, pág. 617)

Volume com 356 páginas — Preço: Cr\$ 10,00

**TRABALHO ELABORADO E REVISADO PELA
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA**

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50